



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III GUARABIRA
CENTRO HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

CRISTINA LIMA SOUZA SILVA

**MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS: a fundação como forma de resgate e
valorização da história de luta dos trabalhadores do campo na região de Sapé-PB**

**GUARABIRA
2017**

CRISTINA LIMA SOUZA SILVA

MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS: a fundação como forma de resgate e valorização da história de luta dos trabalhadores do campo na região de Sapé-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

Área de concentração: História, memória e cotidiano.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto.

**GUARABIRA
2017**

S586m Silva, Cristina Lima Souza

Memorial das ligas camponesas [manuscrito] : a fundação como forma de resgate e valorização da história de luta dos trabalhadores do campo na região de Sapé-PB / Cristina Lima Souza Silva. - 2017.

36 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Francisco Fagundes de Paiva Neto, Departamento de História".

1. Museu. 2. Memorial. 3. Patrimônio Cultural. 4. Ligas Camponesas. I. Título.

21. ed. CDD 981.33

CRISTINA LIMA SOUZA SILVA

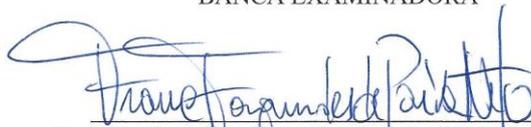
MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS: A fundação como forma de resgate e valorização da história de luta dos trabalhadores do campo na região de Sapé-PB

Artigo apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

Área de concentração: História, memória e cotidiano.

Aprovada em: 05/04/2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Cristiano Luiz Christillino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Simone da Silva Costa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu marido, pela dedicação, companheirismo e amizade e ao meu filho pelo seu carinho e compreensão. DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo a Deus, pelo dom da vida, e por me amparar nos momentos difíceis durante o período de estudos e de pesquisas para a produção deste artigo.

Ao professor Dr. Francisco Fagundes pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela dedicação e por se mostrar solícito em auxiliar esta pesquisa.

Ao meu marido José Juvêncio e ao meu amado filho Gian Victor, pela compreensão por minha ausência nas noites ao longo desses cinco anos de curso.

A todos os familiares pelo incentivo. Mas principalmente a minha irmã Tânia Maria, grande companheira, por me proporcionar a oportunidade de recomeçar este curso e ao meu querido sobrinho Tiago Emílio por sua presteza e o grande apoio.

À minha mãe, Maria da Penha, pela torcida da realização do meu sonho.

Ao meu pai, Sebastião João (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força.

Aos professores do Curso de História da UEPB, em especial Francisco Fagundes, Marisa Tayra (*in memoriam*), Elson Carvalho, Huston Lemos, Susel Oliveira e Waldecir Ferreira, que contribuíram ao longo desses sessenta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, Maria José (Paulinha), Diego Paulino e toda a Coordenação do Curso de História pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

À direção e aos apoiadores do Memorial das Ligas Camponesas: Alan Nascimento, Luiz Damazio de Lima e Eduardo Costa pela recepção calorosa e assistência.

Por fim, agradeço a todos e a todas que, de alguma forma contribuíram para a construção desse trabalho, que com certeza não é uma realização só minha.

“A memória é o antídoto do esquecimento.”

Le Goff (2012).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	CONTEXTO NACIONAL DE ESPAÇOS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: o oficialismo e a presença da sociedade civil na construção de outras formas de lembrar.....	08
2.1	Questões conceituais sobre Memorial e usos da memória.....	12
2.1.1	<i>O quadro político e a emergência do Memorial das Ligas Camponesas.....</i>	16
2.1.2	<i>O Memorial das Ligas Camponesas: sua fundação e a importância para a população local.....</i>	19
3	CONCLUSÃO.....	29
	REFERÊNCIAS.....	30
	APÊNDICES.....	34

MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS: a fundação como forma de resgate e valorização da história de luta dos trabalhadores do campo na região de Sapé-PB

Cristina Lima Souza Silva¹

RESUMO

Este trabalho apresenta de forma breve a importância da criação do Museu Histórico das Ligas Camponesas, além de expor registros importantes, enfatiza o resgate da historiografia das lutas dos trabalhadores do campo na região Nordeste do Brasil, dispondo de fatos marcantes ocorridos no município de Sapé no estado da Paraíba por volta do ano de 1962. A valorização e preservação dos acontecimentos no período citado passaram a dispor de um espaço apropriado a partir da criação do Museu, que através dele os patrimônios cultural e material passaram a fazer parte da memória coletiva do Município de Sapé e da sociedade em geral. Essa dimensão pedagógica vem demonstrando a importância para a necessidade de manter-se vivo momentos que marcaram as lutas pelo direito a terra expondo ao público interessado à história de uma experiência de luta política camponesa na Paraíba e de várias outras pessoas que fizeram parte direta ou indiretamente do movimento das Ligas Camponesas na região.

Palavras-chaves - Museu. Memorial. Patrimônio cultural. Acervo. Ligas Camponesas.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer deste artigo que tem como tema “Memorial das Ligas Camponesas”, analisaremos alguns relatos e outras fontes voltadas para a experiência de construção de um patrimônio cultural, a partir de uma visão voltada para os camponeses participantes das Ligas de Camponesas de Sapé. Dessa forma, buscaremos problematizar como se deu o processo de criação do Memorial das Ligas Camponesas, a partir de algumas demandas da sociedade civil paraibana. A mobilização de grupos de intelectuais, profissionais religiosos e familiares, dentre outros teve um sentido de desapropriação do imóvel, onde a família de João Pedro Teixeira² viveu até a realização do atentado, que resultou na morte dele, considerando o organizador mais conhecido das Ligas Camponesas a nível nacional. A desapropriação do imóvel, localizado no povoado Barra de Antas, zona rural do Município de Sapé - PB consolidou a área como um espaço pedagógico de uma memória da luta pela terra de

¹ Aluna de Graduação em Licenciatura em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
Email: cristinalima19@hotmail.com

² Nasceu em 04 de março de 1918, no Distrito de Pilõeszinhos, município de Guarabira-PB (MEMÓRIAS DO POVO, 2006, p.26). Contudo segundo estudos realizados, com a popularização no movimento das Ligas ficou também conhecido como João Pedro ou Pedro Teixeira.

camponeses na Paraíba, que passa a fazer parte do Patrimônio cultural e material da região. Ao entendimento do uso dos termos Museu ou Memorial recorreremos ao historiador Barcellos, ele afirma que “para o senso comum, Museu e Memorial são a mesma coisa” (BARCELLOS, 1999, p.1), e quase sempre são palavras usadas como sinônimos. Buscaremos apresentar neste trabalho o propósito do nascimento do Museu das Ligas que foi instituído com a finalidade de resgatar e valorizar fatos que marcaram a história política do campesinato paraibano na década de 1960.

A escolha por esse tema ocorreu a partir dos estudos e trabalhos realizados nos componentes curriculares Memória e Patrimônio Cultural I/II e Construção da História Regional e Local I/II, ofertados pelo curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, nascendo em nós, o desejo de conhecer e de investigar a origem, a estrutura e a pedagogia do Memorial das Ligas Camponesas. Para a elaboração deste artigo, utilizamos como fontes, artigos de revistas, jornais, *sites*, dentre outros documentos relacionados à temática. Além das observações em visitas ao Museu e conversas com alguns trabalhadores rurais e membros da diretoria da ONG Memorial das Ligas Camponesas, administradora do Museu atualmente.

2 CONTEXTO NACIONAL DE ESPAÇOS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: o oficialismo e a presença da sociedade civil na construção de outras formas de lembrar

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), órgão ligado ao Ministério da Cultura, tem apresentado alguns trabalhos sobre museus e memoriais do Brasil. Dentre estes destacamos nesta análise duas obras que retratam homenagens que potencializam a preservação do legado cultural que fez e faz a história do Brasil. Começaremos comentando sobre o Museu das Missões, criado nas primeiras décadas do século XX pelo então presidente Getúlio Vargas, está localizado no sítio São Miguel Arcanjo na cidade de São Miguel das Missões/RS. O Museu faz menção à história das reduções missionárias realizadas na América do Sul pelos Jesuítas. De acordo com informações do IBRAM, no início do século XVII os Jesuítas iniciaram um projeto fundando reduções missionais onde hoje é o estado do Rio Grande do Sul, bem como na Argentina e no Paraguai reuniam vários grupos indígenas em diversos povoados para catequizá-los. De acordo com o IBRAM “no mundo missional, reduzir um grupo indígena pressupunha não só reuni-lo em um povoamento, mas catequizá-lo, trazendo-o ao mundo dos significados e valores cristãos”. (IBRAM, 2015, p.17). Assim os Jesuítas pretendiam converter todos os indígenas ao cristianismo. Destacaram-se nos grupos indígenas catequizados pelos Padres Jesuítas, os Tupinambás, habitantes do território onde

hoje é o litoral brasileiro, foram descritos como um povo difícil de ser catequizado. A experiência das missões durou cerca de um século e meio, marcando a história da extensa religião que se firmou. Ainda segundo o IBRAM o museu das Missões foi fundado a partir de um cuidadoso trabalho de consolidação e restauração das ruínas da igreja de São Miguel Arcanjo realçando o espaço da antiga redução missional, seu acervo é constituído por peças elaboradas com base na arte sacra e de manifestações da arte indígena colonial, contribuindo ao fortalecimento da diversidade cultural brasileira. Neste caso, vemos um exemplo no qual o museu procurou integrar uma etnia à composição de uma identidade local/regional, associando elementos indígenas e católicos.

O outro lugar de memória que apresentamos neste trabalho é o Museu Casa de Benjamin Constant, localizado no bairro Santa Teresa/Rio de Janeiro. De acordo com informações do IBRAM (2015), Benjamin Constant nasceu em Niterói estado do Rio de Janeiro no início do século XIX. Militar, engenheiro e professor de matemática era um positivista dedicado às reformas sociais por intermédio da educação. Trabalhou durante vinte anos no Instituto de Meninos Cegos no Rio de Janeiro. Em 1891 a Instituição, através de um decreto de lei, recebeu o nome de Instituto Benjamin Constant, permanecendo até a atualidade com o nome original. A homenagem foi feita, graças aos trabalhos prestados na Instituição por Constant, bem como pela sua preocupação em oferecer educação e cidadania a pessoas com deficiência. De acordo com dados do IBRAM, Constant era dotado de conhecimentos, frequentador da corte real, porém, não fazia distinção de classe social. O militar foi um militante contra o regime escravista, bem como do sistema monárquico. Propagou a teoria positivista e republicana entre os jovens alunos da Escola Militar, onde se destacava como oficial e professor, por ter sido um defensor e líder do regime republicano.

Benjamin ficou conhecido como um herói nacional, que contribuiu para a fundação da República no Brasil, fato ocorrido em 1889, faleceu em 1891. A casa, onde viveu seus últimos anos no bairro Santa Teresa no Rio de Janeiro, foi transformada e consagrada em um museu para preservar sua memória. A memória sobre o militar foi monumentalizada em virtude da colaboração para implantação da República, criando um sentido oficial. Não é comum atribuir à consagração de lugar de memória, onde possa transformar homens comuns, que tiveram um papel representativo no meio político ou social, em personagens de destaque. Para isso é necessária uma influência do poder político, sobretudo, quando a sociedade possui bases bem hierarquizadas. Segundo o IBRAM, “onde há poder, há um exercício de construção de memória; é isso que transforma homens em heróis nacionais; é isso que transforma casas

em museu-casa...”. IBRAM (2015, p.27). Geralmente o espaço de memória é adquirido através do poder, facilitando a construção da memória, transformando homens em figuras heroicas ou que causaram algum nível de impacto político na estrutura da sociedade. Essa é uma forma de assimilar alguns projetos comunitários ou de grupos à ordem hegemônica, integrando ou pacificando determinados setores da sociedade, anteriormente em conflitos mais graves ou dramáticos.

Nesse segmento de análise, podemos também referenciar o Memorial Antônio Conselheiro (MAC), localizado na cidade de Canudos, interior do estado da Bahia. Nesta localidade onde ocorreu a Guerra de Canudos o MAC é uma homenagem prestada a Antônio Vicente Mendes Maciel, nascido em 1830 no estado do Ceará, que ficou popularmente conhecido como Antônio Conselheiro. Esse leigo foi qualificado como “beato” ou “religioso fanático”, conforme o pertencimento teórico ou político do analista, Conselheiro deixou sua família, suas origens e saiu peregrinando, aconselhando pessoas por algumas áreas do atual Nordeste do país. Assim, conquistou milhares de seguidores, talvez por ser um homem letrado e carismático num tempo de crise social. Defendia os direitos sociais dos mais necessitados da referida região, entrando em rota de colisão com o regime republicano, recém instaurado no final do século XIX, com o lema Ordem e Progresso. De acordo com Vanessa Monteiro entre o final do século XIX e início do século XX, o país passava por mudanças na política, resultados da implantação da República no Brasil em 1889, com adaptações de novas leis e ordens, bem como nas inovações tecnológicas e científicas, que se expandiam pelo Brasil. Conforme Vanessa Monteiro (2010), Antônio Conselheiro construiu uma aldeia de nome Belo Monte no interior do estado da Bahia, que ficou conhecida com o nome popular de Canudos. A cidadela rebelde ao regime republicano, devido ao beato criar suas próprias leis e sua própria ordem assentada no catolicismo popular, que possuía restrições a algumas medidas políticas do novo regime, a Belo Monte era considerada para os governantes políticos e os coronéis da referida região como uma ameaça à ordem e ao progresso do Brasil. Logo, a visão dos republicanos sobre a aldeia Belo Monte, “era um território que não estava submetido à lógica instituída pela República. Por isso mesmo, uma ameaça. A comunidade é identificada pelos homens da República como local de desordem, de ativismo, um atraso que era preciso combater”. (MONTEIRO, 2010, p.2). Assim, a população de Belo Monte tornou-se uma ameaça para as autoridades do país, sendo combatida pelas forças da ordem em combates sangrentos por cerca de um ano. Em outubro de 1897, as autoridades republicanas foram vitoriosas com a destruição do arraial somada a morte do Conselheiro ocorrida dias antes do

desfecho da referida guerra. As autoridades brasileiras tentaram apagar a história da guerra na Bahia e varrer Canudos do mapa. As pessoas eram manipuladas ao propósito do esquecimento. Havia uma censura sobre o ocorrido, às autoridades não permitiam lembranças e comentários sobre a Guerra de Canudos. No entanto, os sobreviventes e seus descendentes guardaram o que viveram na memória, mantendo a história sempre viva, reproduzindo-a através de relatos mesmo vários anos depois da destruição da aldeia. Com o passar dos anos o silêncio começou a ser quebrado e as informações começam a surgir, dentro desse contexto Lee Goff discute que,

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2012, p. 408).

No caso em questão, podemos seguramente afirmar que a memória da população da região agiu como uma contra memória diante da tentativa da História oficial de solapar as recordações sobre tais eventos. Assim, o grande interesse do domínio e do controle de memória de alguns grupos e classes sobre os acontecimentos do passado forçavam as pessoas omitirem informações evitando com isto, a construção e o resgate histórico de um indivíduo ou grupo de pessoas.

Nesse contexto de confrontos entre memórias, a partir de 1986, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para salvaguardar a memória conselheirista, passou a resgatar e reconstituir a história através de elementos físicos e simbólicos com a constituição do Complexo Histórico Arqueológico de Canudos, que se divide em dois elementos importantes no marco da história de bravura e resistência dos sertanejos baianos, um deles é o Parque Estadual de Canudos (PAC) e o Memorial Antônio Conselheiro (MAC). O PAC é um museu a céu aberto, com área de 1.321 hectares no município de Canudos onde ocorreram os combates da guerra, importante sítio histórico de pesquisas. O MAC foi criado pela UNEB na Nova Canudos, o Memorial é composto de uma biblioteca, jardim temático, auditório e oferece um acervo com diversas relíquias como objetos pessoais, utensílios domésticos, fotos, pedaços de construção, dentre outros, estimulando e proporcionando aos visitantes algumas produções de atividades pedagógicas, beneficiando professores e estudantes da região.

Ainda segundo informações contidas no *site* do memorial³, a UNEB conta com o apoio de mais de quarenta organizações. Criou o Projeto Canudos, que tem como principais objetivos desenvolver a região, capacitar moradores e preservar o patrimônio histórico e imaterial.

2.1 Questões conceituais sobre Memorial e usos da memória

Buscando compreender a denominação de Memorial, termo que ainda padece da falta de um conceito preciso, recorreremos ao entendimento de alguns historiadores que apresentam opiniões semelhantes. A definição teórica de Memorial como instituição ainda não alcançou um conceito bem definido, mas Jorge Barcellos defende que, “são instituições que trabalham com a memória na sociedade e tem o papel de organizar prédios, acervo e espaço, pessoal ou público a que se destinam coleções diversas de objetos históricos”. (BARCELLOS, 1999, p. 1). Assim, a emergência de uma sociedade democrática tende a permitir uma melhor condição de manutenção da memória de determinados indivíduos ou grupo sociais.

Sob outro ângulo o termo Memorial pode ser definido também por historiadoras da área como, “uma instituição permanente com funções definidas de guarda, preservação e divulgação de informações, dados, imagens e objetos relativos a indivíduos, a instituições e a lugares”. (FERREIRA; ZENAIDE; MELO, 2016, p. 92). Aqui, encontramos um elemento importante no que se refere à questão da divulgação das informações, cujo efeito é o de uma prática pedagógica sobre a memória de indivíduos ou grupos sociais. As instituições museológicas estão sendo palco de diferentes práticas culturais de memória, dispendo também possibilidades de investigação sobre a realidade dos memoriais na atualidade, locais de salvaguarda das lembranças do passado. Para Pierre Nora, “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”. (NORA, 1993, p.09). Há com isto, a necessidade da disponibilidade do lugar de memória como símbolo de reconhecimento e homenagens, facilitando o diálogo entre passado e presente. Porém, compreendemos que as homenagens também devem ser objeto de um olhar crítico pelo historiador, considerando o próprio tempo nos quais surgiram e a quais fins sociais servem.

Assim destacamos em seguida alguns exemplos de tipos de lugares de memórias no Brasil. Como modalidade de Memorial individual citamos o Memorial JK⁴ e o Memorial José

³ <http://www.uneb.br/canudos/memorial-antonio-conselheiro/>

⁴ O Memorial JK está localizado em Brasília- DF. Foi projetado por Oscar Niemayer e inaugurado em 1981. No local encontram-se a cripta de Juscelino Kubitschek, diversos pertences, como sua biblioteca pessoal, e fotos dele e de sua esposa Sarah. Mais detalhes ver: <<http://www.memorialjk.com.br/>>

Américo de Almeida⁵; como Memorial coletivo destacamos o Memorial da Resistência⁶; quanto a Memorial de lugares citamos o Memorial do Imigrante⁷. Os programas educativos destes referidos lugares de memória, assemelham-se não só em seus processos museológicos, ambos objetivam também oferecer um espaço de reflexão e de promoção de ações que contribuam para o desenvolvimento da capacidade crítica das pessoas, bem como o exercício da cidadania, o aprimoramento da democracia e a valorização de uma cultura em direitos humanos.

O conceito de lugares de memória que é utilizado neste ponto do trabalho vem do estudo sobre - memória e história – exposto por Pierre Nora que afirma: “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos.” (1993, p.12). Neste sentido, constrói-se a memória a partir do que restou do passado, seja material ou imaterial, pois as sociedades estão em constante movimento.

De acordo com FERREIRA, ZENAIDE e MELO (2016), em lugares como monumento à memória em que a cultura material estaria representada, o sentido ou significado do termo Memorial pode variar, de Museu a Centro de Estudos, Centro de Memória e Memorial propriamente dito. As autoras observam ainda que, em geral, os memoriais ficam em sítios históricos originais, locais de lembranças que querem invocar, a exemplo dos Memoriais de Guerra espalhado pelo mundo, com o objetivo de lembrar a guerra para refletir sobre a paz, trazendo à tona diversos sentimentos como vergonha e orgulho, sofrimento e perdão, lugares que alimentam também esquecimentos como forma de proteção das lembranças, de sentimentos, de emoções e dores do passado.

Percebemos no Brasil e em outras partes do mundo, memoriais que são destaques em notícias, figurando como instituições, cuja função é prestar homenagens a personalidades importantes de famílias nobres, do meio político ou pessoas influentes da sociedade,

⁵ Localizado na Praia de Cabo Branco em João Pessoa-PB. José Américo de Almeida foi um romancista, deputado, senador, ministro e governador do estado da Paraíba. A casa onde residiu os últimos anos de sua vida foi transformada em um lugar de memória, no qual conta museu, memorial, auditório, sala de exposições, arquivos de governadores da Paraíba. A partir de 1983 guarda os restos mortais de José Américo e sua esposa, Anna Alice. Mais detalhes ver: <<http://www.museuvirtualjoseamerico.pb.gov.br/>>.

⁶ O Memorial da Resistência localizado em São Paulo preserva as memórias da resistência e da repressão política do estado de São Paulo, foi inaugurado em 2009, com sede no prédio onde funcionou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP) entre os anos de 1940 a 1983. Mais detalhes ver: <<http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/>>.

⁷ Localizado em São Paulo, trata-se da antiga Hospedaria de Imigrantes (1887-1978), local de abrigo dos estrangeiros recém-chegados às terras brasileiras, foi cenário de expectativas, conquistas e angústias de mais de 2,5 milhões de pessoas que por passaram e foram acolhidas. A partir de 1930, passou a receber também imigrantes de outros estados brasileiros. Ver: <<http://museudaimigracao.org.br/>> .

demarcando espaços de representações sobre as ações de determinados indivíduos. Ainda como exemplos de memoriais importantes, BARCELLOS (1999) menciona em seu trabalho alguns, a exemplo do Memorial em homenagem a Princesa Diana (na casa de campo da família onde ela viveu em Althorp na Inglaterra) e o John Kennedy Memorial, em Dallas nos Estados Unidos. Ambos oferecem aos visitantes um acervo de objetos pessoais das referidas personalidades. As formas de homenagens prestadas são diversificadas, através de exposição de objetos pessoais, documentos, comércio de produtos intitulados como *souvenirs*, comemorações de datas (fundação, nascimento, morte...), etc. Essas são as modalidades seguidas pelas instituições em quase todo o mundo. Diante destes exemplos apresentados em BARCELLOS, observa-se que no Brasil não é diferente, notamos que na maioria dos casos as homenagens são realizadas a nomes de destaque do meio político ou de camada da sociedade privilegiada, pessoas letradas com situação econômica confortável. Por esta razão, buscamos neste artigo, a especificidade do Memorial das Ligas Camponesas.

No entanto vale ressaltar que no Brasil homenagens também estão sendo realizadas a personagens de vida simples, pessoas que surgem do meio do povo, que lutam e trabalham por melhores condições de vida, alguns sem formação escolar básica, o letramento. Logo, encontramos um estágio em que as amarras de uma cultura de museus (ou memoriais) voltados para uma pedagogia de reprodução simbólica do poder dos grupos/classes dominantes, sendo afrouxadas pela presença de novos agentes na sociedade civil.

Assim, como analisa Pierre Nora, as pessoas vêm demonstrando “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende reconhecer indivíduos iguais ou idênticos”. (NORA, 1993, p.13). Desta forma, o Estado discricionário relacionado a uma cultura política autoritária, que antes privilegiava exclusivamente os grupos/classes dominantes foi forçado numa sociedade democrática, lentamente a começar a ceder espaço a agentes sociais antes ignorados no meio social. Assim, o Brasil hoje tem inúmeras instituições que buscam enriquecer e valorizar a memória de seus personagens históricos, contribuindo e dando ênfase ao resgate da historicidade e valorizando suas origens (exemplos já citados neste contexto). Conforme um historiador da temática: “todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens”. (NORA, 1993, p.17). Neste sentido, a construção do lugar de memória e o resgate da história não é um privilégio das classes socialmente dominantes, mas sim uma necessidade comum a todos e todas.

O Patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A noção de patrimônio cultural inclui obras, objetos, documentos, edificações e os demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Porém, a noção de patrimônio foi ampliada para além dos bens móveis e imóveis, abarcando atualmente o imaterial ou intangível. Contudo, neste artigo, privilegiaremos o patrimônio edificado referente à memória camponesa na Paraíba, quanto à questão da luta pela terra.

Diante do apelo e do empenho de trabalhadores do campo na região e dos movimentos sociais apoiadores (CPT-Comissão Pastoral da Terra, ONG Memorial das Ligas Camponesas) fomentaram junto ao Governo estadual da Paraíba no ano de 2011 na gestão de Ricardo Coutinho, a desapropriação do imóvel e do terreno, onde viveu o agricultor João Pedro Teixeira, líder do movimento das Ligas Camponesas na década de 1960. O museu está localizado no povoado de Barra de Antas, na zona rural do município de Sapé-PB.

Com frequência o patrimônio edificado associa-se a uma apropriação do espaço público pelos grupos/classes dominantes, transmitindo as representações sociais que garantem a visão da ordem social consolidada em um determinado tempo histórico. Conforme refere-se Le Goff a seguir:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 2012, p.405).

Porém, as sociedades não estão isentas à dominação política de grupos sobre outros. Logo, os palácios, os obeliscos, as estátuas, os logradouros e praças, geralmente, enaltecem as figuras consideradas como exemplares para uma determinada sociedade. Em contrapartida, temos situações nas quais grupos dissidentes ou opositores se manifestam socialmente, procurando apresentar uma representação da história a contrapelo. Podemos refletir que essa questão pode ser apresentada a nível individual, pois “o dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo”. (NORA, 1993, p.17). Mas isso não basta, considerando que os homens constroem experiências coletivas, gerando assim espaços para disputas entre memórias no campo da sociedade.

Nesse sentido, nesta pesquisa o entendimento de memória não se restringe apenas a lembranças individuais, porque recorreremos a um conjunto de informações coletadas através de experiências coletivas para a reprodução de ações do passado, colaborando com a construção da memória social, a partir da utilização das lembranças armazenadas na memória por indivíduos envolvidos com a construção e preservação de uma memória das lutas camponesas.

2.1.1 O quadro político e a emergência do Memorial das Ligas Camponesas

A partir deste ponto, a presente pesquisa enfocará sobre o Memorial das Ligas Camponesas, localizado no povoado de Barra de Antas município de Sapé na Paraíba. O Memorial recebeu o nome do líder camponês João Pedro Teixeira **como forma de resgate e valorização da história de luta dos trabalhadores do campo na região de Sapé**. Um estudioso da temática discute que “João Pedro foi o fundador da Liga Camponesa de Sapé, tornou-se um dos líderes de maior destaque do movimento camponês na região.” (MUNIZ, documento *online*)⁸. Em depoimento ao livro *Memórias do Povo* (2006, p.20) o senhor José Hermínio Dionísio relata que no início do ano de 1958, foi fundada as Ligas Camponesas na cidade de Sapé, à qual foram filiados 227 camponeses, o evento aconteceu no Grupo Escolar Gentil Lins, contou com a presença de várias autoridades locais. Segundo uma matéria do jornal *Informativo Memorial das Ligas Camponesas* (Ed. 1, 2010, p.3) a Liga de Sapé fundada por João Pedro, na Paraíba foi a de maior destaque e a mais combativa, criada como Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé. A partir da fundação o número de associados cresceu consideravelmente, alcançando uma média de sete mil associados. Ainda de acordo com a matéria do jornal, as Ligas inicialmente agiam com o objetivo de prestar assistência social e defender direitos de arrendatários, assalariados e pequenos proprietários rurais. A partir de 1960 passou a atuar como organizadora de movimento agrário, um movimento de resistência à exploração de milhares de famílias no meio rural, mobilizando trabalhadores do campesinato para lutarem contra os vários tipos de violências cometidas pelos patrões, despertando a revolta latifundiária sobre o movimento. De acordo com depoimentos analisados do Livro *Memórias do Povo* (2006), João Pedro era um homem simples, educado, não letrado, um grande articulador, sabia fazer bom uso das palavras na hora de discursar sobre direitos sociais. Em meio aos depoimentos do livro

⁸ <http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt11-03.pdf> - Consulta realizada em 17.02.2017

Memórias, o senhor Antônio Francisco (Galego), músico e cantor repentista do período das Ligas, declara sobre a liderança e a coragem de João Pedro:

Ele era uma bandeira de frente, era um homem desassombrado. Que não levava ninguém pra lugar fundo, como diz. O problema dele era libertar o trabalhador do campo, que a gente tinha direito à terra. Depois dele, tivemos direito ao décimo terceiro mês [salário]. Depois, tivemos direito a férias, a indenização, ser a lavoura vendida [indenizada]. Eles [proprietários rurais] não tinham mais o direito de botar o gado na lavoura, não tinha mais direito a arrancar [a lavoura]. Tudo isso depois das Ligas Camponesas. (...) Ele não queria nada de briga. O negócio dele era paz e amor. Agora incomodava..., queria deixar tudo em pratos limpos, quer dizer, nem ser contra o trabalhador, nem ser contra o latifundiário. O negócio dele era a união. Vencer na união. Até que mataram ele, na covardia. Ele não queria fazer susto em ninguém. O negócio dele era a paz, era amor, era trabalho. (...) se comunicar bem com as pessoas. Tratar bem. Ele não era pessoa de querer assustar, de querer ser lá em cima. Falava manso. (...) Não gostava de gritar com ninguém. (Depoimento de Antônio Francisco de Andrade – Galego, ao livro Memórias do Povo, 2006, p.22).

Dessa forma, a experiência de quem conviveu com o líder camponês só confirma que, sua luta por dignidade no trabalho do campo era pacífica, já que a sindicalização não abrangia a área rural, fato que colaborava com os desmandos dos proprietários rurais contra os camponeses.

A atuação do líder camponês na região era bastante ativa, de acordo com Alves (2014), João Pedro realizava visitas frequentes em fazendas aos sábados e domingos, presenciava a situação de miséria que assolava o campo, como: a fome, o analfabetismo, os despejos sem indenizações, dentre outros, por um fim a estas situações era seu principal objetivo, a partir da fundação das Ligas em Sapé. Assim, quando a Liga foi organizada, já contava com o apoio de vários camponeses, conscientes da importância de sua união para lutar contra as injustiças dos grandes proprietários de terras. O trabalho de articulação do líder desempenhado nas Ligas juntos aos camponeses desagradou os latifundiários da região. Com isto, João Pedro foi perseguido, espancado, preso e ameaçado de morte várias vezes. De acordo com Muniz, entre os seus oponentes latifundiários estava Manoel Justino, seu sogro, que para afastá-lo da região com a intenção de enfraquecer ou acabar com as Ligas, vendeu o sítio onde João Pedro residia com a esposa Elizabeth Teixeira e os onze filhos do casal. No entanto, mesmo sob as ameaças, ele continuou residindo no sítio com a família.

O município de Sapé na década de 1960 foi palco de vários conflitos entre latifundiários e trabalhadores do campo, resultando em uma série de atos de violência cometidos contra os trabalhadores, como perseguições, prisões e assassinatos. Alves (2014) relata em seu trabalho que a violência sempre esteve presente no campo brasileiro, tanto no

Engenho Galileia em Pernambuco, berço das ligas Camponesas no Nordeste em 1954, quanto na várzea paraibana.

Algumas das formas de violência no campo por exemplo, ocorriam se o camponês exigisse direito trabalhista, ou tivesse votado nos candidatos adversários dos patrões ligados aos grupos oligárquicos da região, diante de fatos como estes sofriam vários castigos. Destacamos uma cena do documentário: *Cabra Marcado para Morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, que conta a história do Líder Camponês João Pedro Teixeira, João Virgínio que atuou nas Ligas do Engenho Galileia, descreve a agonia que passou em um castigo:

Passei 24 horas dentro dum tanque de merda, com água aui no imbigio, [apontando com as mãos] cada um rolo de merda dessa grossura [gesto com as mãos], aquele caldo, aquela manipêra. um quarto apertado e eu passava assim [posição de agachamento]. Passei 24 horas em pé! Só o diabo aguenta, rapaz! Um homem passar dentro dum tanque de merda 24 horas em pé. Só o Satanás! Eu não acredito que tô vivo (CABRA MARCADO PARA MORRER, 1:17”38”).

Esta forma de castigo era comum já que não deixava marca física que comprovasse a violência. Outra forma de violência aplicada pelos latifundiários era a constante expulsão dos camponeses das terras sem indenização, para aumentar o plantio da cana-de-açúcar, passaram a aterrorizá-los, com a destruição de seus casebres, auxiliados pela força policial como afirma a frase no livro *Memórias*, “a polícia era legítimo escudo dos proprietários”. (MEMÓRIAS DO POVO, 2006, p.19). Desta forma os camponeses não tinham a quem recorrer a pedir por justiça.

Segundo um editorial publicado no Informativo Memorial das Ligas Camponesas (2010), os trabalhadores queriam apenas estender a legislação trabalhista aos trabalhadores das usinas e dos engenhos. Desejavam conquistar o direito de plantar e colher na terra que ele arrendava e conquistar também o direito de pagar o foro em dinheiro e não através do “cambão”, ou seja, o pagamento do aluguel da terra com dias de trabalho gratuito. Tratava-se de um pequeno pedaço terra ao redor do casebre, onde o camponês morava com a família. Porém, tinham que trabalhar dois, três ou até quatro dias por semana, para o proprietário da terra como forma de pagamento por viver naquela pequena faixa de terra. Mas, a ousadia do líder camponês despertou a ira dos latifundiários da época, e, conforme depoimentos constituintes do livro *Memórias do Povo* (2006) e em Alves (2014), no dia 02 de abril de 1962, quando retornava de João Pessoa, onde tinha tratado do processo de despejo que estava enfrentando para deixar o sítio Barra de Antas, bem como havia efetuado a compra de livros

escolares para seus filhos estudantes, João Pedro Teixeira foi assassinado com tiros de fuzil por capangas dos latifundiários numa emboscada encomendada e organizada pelos usineiros da região.

No entanto, seus companheiros das Ligas não se intimidaram diante da tamanha violência contra o seu líder, o assassinato transformou João Pedro em um herói do povo dando maior notoriedade e ênfase ao movimento social camponês por todo o Brasil, como observa Alves:

O assassinato de João Pedro ecoou no país, pois estremeceu e revoltou os camponeses da Paraíba, que, mesmo ao sentir a ofensiva, não se calaram como esperavam os latifundiários. Pelo contrário, eles não se intimidaram e, apesar da repressão policial, compareceram em massa ao enterro de João Pedro juntamente com estudantes, políticos, amigos da família e membros dos sindicatos. (ALVES, 2014, p.67).

A forte e impactante repercussão do assassinato de João Pedro fortaleceu movimentos sindicais e sociais na época, e atualmente mesmo de maneira sutil vem despertando o olhar das autoridades brasileiras para as injustiças recorrentes no campo. Os culpados pelo assassinato do líder camponês João Pedro não foram punidos, e a sensação de impunidade dos inúmeros atos de violências cometidos contra os trabalhadores do campo permanece até a atualidade. João Pedro foi mais um entre tantos que perderam a vida na luta pela reforma agrária, por justiça social neste Brasil. De acordo com Muniz, o Regime Militar instalado no Brasil em março de 1964 perseguiu duramente as Ligas Camponesas através dos militares e latifundiários, diante disto, o fim das Ligas ocorreu em 1964 com a repressão da Ditadura Militar imposta no Brasil. Observa Muniz que, as Ligas Camponesas deixaram um grande legado de lutas e de resistência que, ainda hoje, influencia os movimentos camponeses de grande importância no país, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), atuante nas várias regiões do Brasil.

2.1.2 O Memorial das Ligas Camponesas: sua fundação e a importância para a população local

O povoado Barra de Antas, na zona rural do município de Sapé, ficou marcado na história da região por acolher em suas terras o líder camponês João Pedro Teixeira, bem como vários trabalhadores (as) do campo na região que aderiram ao movimento de luta pela reforma agrária e por justiça social. Segundo Alves (2014), a ideia da criação do Memorial das Ligas Camponesas parte do incentivo da Freira Antônia Maria Van Ham (Irmã Tonny), holandesa,

que se dedicou ao serviço social e comunitário em áreas rurais no Brasil, ideia fortalecida através do seu trabalho de acompanhamento e de conscientização junto aos trabalhadores (as) do meio rural. Seu período de maior militância junto aos camponeses no Brasil foi a partir de 1993 na região de Sapé, participante ativa do movimento Comissão Pastoral da Terra - CPT⁹ buscava conscientizar os trabalhadores e trabalhadoras sobre a necessidade e a importância de resgatar a história da luta no campesinato para a construção da identidade da história local, ocorrida na região de Sapé no início da década de 1960. A religiosa em visitas às comunidades rurais colhia depoimentos, (alguns citados no item anterior) narrativas dos acontecimentos no período das Ligas utilizando-se de gravador de voz portátil, em fita *cassete*.

Segundo Muniz, entre os anos de 1993 e 2006 através de depoimentos catalogados, a Irmã Tonny resgatou a história de luta do líder João Pedro e de seus companheiros. Através da memória viva de camponeses (as), que foram ativos ou passivos na luta por direitos sociais no período das Ligas Camponesas. A construção da identidade local só foi possível devido aos depoimentos fornecidos a Freira por cerca de 40 pessoas. Os referidos depoimentos estão disponíveis no livro *Memórias do Povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas da Paraíba – deixem o povo falar...* (2006), que materializou a memória do povo em situações de conflitos sociais, marcaram vidas violentamente. Os depoimentos relatados no livro *Memórias* são formas de valorização da história oral, sendo também a expressão e a materialização dos que sobreviveram. Desta forma o teórico Pierre Nora pontua:

Assim, a materialização da memória, em poucos anos, dilatou-se prodigiosamente, desacelerou-se, descentralizou-se, democratizou-se. Nos tempos clássicos, os três grandes produtores de arquivos reduziam-se às grandes famílias, a igreja e ao Estado. (NORA, 1993, p.15/16).

Nesse sentido, a produção da memória não mais se restringe a contextos individuais ou a grupos limitados. Busca-se a construção compartilhada no processo de produção da memória na sociedade. Na análise de Alves (2014), o trabalho da Freira despertou e encorajou o nascimento do lugar de memória das Ligas Camponesas, o Memorial. De acordo com Ferreira, Zenaide e Mélo (2016), a CPT através de seus representantes regionais, teve a iniciativa de criação do Memorial, que foi constituído como uma Organização Não Governamental – ONG, tendo sido fundado em 18 de novembro de 2006. Contou com o

⁹ Criada em Goiás no ano de 1975 a CPT ligada a igreja Católica desempenha a função de lutar pela justiça social no campo. Mais informações ver: <<https://www.cptnacional.org.br/>>

apoio de vários setores da sociedade, como: agricultores de Barra de Antas e região circo vizinha, bem como estudantes e educadores (as) universitários e de movimentos sociais. No entanto, sem sede própria os membros da ONG se reúnem constantemente no prédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na cidade de Sapé para o trato de assuntos ligados ao campesinato.

Desta forma compreendemos que, para agrupar e representar sua memória, os grupos sociais elegem consciente ou inconscientemente lugares de memória coletiva, que garantam a perpetuação da sua história para as próximas gerações. Para alguns teóricos da área, estes espaços sempre existiram em todas as sociedades e culturas conhecidas, e são definidas como sendo:

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória (NORA apud LE GOFF, 2012, p. 453).

Nessa perspectiva de integração dos meios de forma ampla, a memória ultrapassa a linha de interesses individuais consolidando-se no espaço coletivo, identificada a partir dos grupos e comunidades envolvidos.

Segundo Alves (2014), dois acontecimentos importantes no ano de 2006 deram ênfase ao nascimento do Memorial das Ligas Camponesas, um deles foi o Seminário Memória Camponesa¹⁰ ocorrido no mês de abril do referido ano, quando estiveram presentes militantes sobreviventes das Ligas Camponesas e também familiares dos que morreram assassinados durante a atuação do movimento, ambos homenageados no evento. Contou também com a participação de representantes de vários setores da sociedade civil. Outro fator que impulsionou a criação do MLC, ainda de acordo com Alves, tratou-se do lançamento do livro *Memórias do Povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba - deixemos o povo falar...*, este livro deu continuidade ao trabalho de resgate da memória camponesa iniciado pela Irmã Tonny, despertando o interesse dela e do seu grupo de apoio, para a

¹⁰ O objetivo do Seminário foi registrar a Memória das Ligas Camponesas na década de 60, bem como registrar a experiência, a vivência, seja das lideranças, seja de seus familiares ou seus amigos. As três mesas deste Seminário estão disponíveis em: <<http://www.ligascamponesas.org.br/>>

necessidade de adquirir um lugar que protegesse o acervo composto de entrevistas e de alguns objetos utilizados por membros militantes das Ligas, que começavam a aparecer. Ainda de acordo com Alves (2014), nesse processo de resgate à memória camponesa ao nascimento do museu, em sua equipe de apoio, a Freira contou com a ajuda do Padre Hermínio Canova, de nacionalidade italiana, membro da CPT, Pároco da igreja Católica na cidade de Sobrado - PB, dentre várias contribuições na comunidade com seus trabalhos sociais e de evangelização, o Padre alugou uma casa no povoado de Barra de Antas na zona rural pertencente ao município de Sapé, disponibilizando-a como espaço para salvaguardar lembranças e memórias do período das Ligas, iniciando a partir daí a história do Memorial.

De acordo com Muniz, na opinião dos camponeses ouvidos pela religiosa era o momento de se criar um espaço, que também buscasse resgatar a memória das lutas pela reforma agrária e de construir um centro de formação para o campesinato futuro. Estes eram alguns dos ideais pensados para não deixar a história do camponês Pedro Teixeira e de outros que tombaram na luta pela reforma agrária e por direitos humanos cair no esquecimento. Para a idealização destes objetivos, camponeses uniram-se e formaram uma comissão, junto aos representantes da ONG Memorial, reuniam-se regularmente no imóvel alugado cedido pelo Padre Hermínio, como descrito no parágrafo anterior. A comissão denominou o local de Memorial João Pedro Teixeira como forma de homenagem ao Líder camponês, como podemos observar na imagem a seguir:

Foto 1 - Primeira sede do Memorial das Ligas Camponesas



Fonte: ALVES, 2014.

Para oficializar o Memorial, relata ainda Muniz que, após vários encontros, a comissão junto a representantes da sociedade civil, no ano de 2008 decidiu elaborar um Estatuto legitimando a criação do Memorial das Ligas Camponesas. Assim, elegeram a primeira diretoria composta com seus respectivos membros e uma assessoria jurídica. A partir de então, os membros da ONG reuniam-se mensalmente na referida sede.

Em 2010 a diretoria do Memorial se reuniu em Assembleia extraordinária para substituição de alguns de seus membros, contou com participação de Juliana Elizabeth Teixeira, neta de João Pedro e da viúva Elizabeth Teixeira. De acordo com Alves (2014) diante da insegurança com o futuro incerto da instalação provisória do Memorial, a diretoria representada pelo agricultor Luiz Damazio de Lima, passou a buscar apoio de várias organizações para firmar e consolidar o MLC como instituição de memória, lugar de formação e de luta por direitos humanos.

Dessa forma, o Memorial representava o fim de uma hegemonia política e social que durante décadas esteve presente na região, bem como o resgate da memória na forma de continuar a luta histórica dos camponeses, imprescindível para a educação cívica, bem como na formação da identidade coletiva da população do campo, se estendendo a toda sociedade civil, como analisa Gramsci:

A sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e o complexo espaço público não estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico enraizado na gestão democrática e popular do poder. (GRAMSCI, 2011, p.35).

Assim observamos o espaço como um ponto marcante da democracia destinado ao exercício dos direitos e deveres individuais e coletivos, dando materialidade às políticas públicas, apostando no potencial mobilizador da sociedade civil.

No ano de 2010, de acordo o jornal Informativo MLC (Ed.1, 2010) a ONG mobilizou-se e procurou o poder público Municipal de Sapé, na tentativa da desapropriação do terreno e do imóvel onde morou o líder camponês e sua família, com a finalidade de tornar a casa em um espaço de memória e local de formação. No entanto, não houve êxito e as negociações não avançaram. Segundo Alves, no ano de 2011 a direção recorreu ao poder público estadual. A partir daí várias reuniões aconteceram ao longo de 2011 para o estudo do processo de

desapropriação da antiga residência e das terras em seu entorno. A comunidade local e representante de movimentos sociais reivindicava do Governo do Estado da Paraíba a doação da referida área. Nestes encontros estavam presente: alunos do PRONERA, representantes da CPT, UFPB, além de contar também com o apoio e a participação de funcionários do INCRA. Em decorrência do pedido da comunidade e dos processos de análise e avaliação da necessidade construção da história local, aconteceu a sinalização positiva por parte do Estado para a desapropriação da área e da casa, localizados no povoado de Barra de Antas, consolidando com isto, uma das maiores conquistas do MLC desde seu nascimento.

Segundo Muniz, a desapropriação do imóvel promovida pelo Governador ocorreu no dia 12 de outubro de 2011 e a imissão em 02 de janeiro de 2012. A casa foi revitalizada e reorganizada com a ajuda da viúva Elizabeth Teixeira, para manter as mesmas características do período que ela morou com Pedro Teixeira e filhos (as).

De acordo com Alves, no dia 02 de abril 2012, data marcante dos 50 anos de morte do líder e mártir João Pedro, o Governador do Estado Ricardo Coutinho durante o evento de celebração da memória do líder camponês fez a entrega da chave da casa a Elizabeth Teixeira, momento emocionante a todos e todas presentes naquela ocasião. A casa foi inaugurada como a nova sede do MLC, como ilustra as fotos 2 e 3, a seguir:

Foto 2 - Placa de Inauguração do Memorial



Fonte: Acervo da Autora.

Foto 3 – Memorial das Ligas Camponesas



Fonte: Acervo da autora.

A partir daí o resgate e a preservação da memória de forma simbólica passou a fazer parte do patrimônio da cultura material local, pois através desta representação material à história da trajetória de luta de trabalhadores (as) do campo terá mais longevidade.

Conforme informações contidas na página virtual¹¹ do MLC, a filosofia da ONG que administra o Memorial é pensada em grupo, a diretoria se articula com vários setores da sociedade civil que representam os cidadãos na construção de valores coletivos, por meio de reuniões mensais, publicações em redes sociais, ofícios, dossiês e de comissões dentro do Memorial. Discutem eixos temáticos específicos como, infraestrutura, formação, extensão, com ideais que caminham para a construção de um centro de formação para os trabalhadores do campo, presente e futuro, bem como o resgate a memória através da aquisição de objetos e documentos do período das Ligas, itens relevantes na formação de um acervo no espaço rural brasileiro. Entretanto, o surgimento de um centro de formação no espaço do campo reflete na contribuição para a continuidade do homem e da mulher do campo no seu espaço conquistado, proporcionando-lhes oportunidades de adquirir conhecimentos específicos para sua sobrevivência e no convívio social, tendo como signo uma possível ruptura revolucionária com relação à ordem latifundiária e capitalista, como Gramsci alerta:

Com seu ensino, a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções de mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para domina-las, e de leis civis e estatais, produto de uma atividade humana, que são estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens do

¹¹ Endereço eletrônico: <<http://www.ligascamponesas.org.br>>

modo historicamente mais adequado a dominar as leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profundamente e extensamente. (GRAMSCI, 2000, p. 42).

Neste sentido, observa-se que o papel da escola é inovar a maneira de transmitir o conhecimento tradicional consolidado pelo homem em determinado período, e também mostrar que através do desenvolvimento coletivo o ser humano pode modificar suas próprias ações adequando-se a uma nova realidade. Compreendemos assim que, no caso do MLC essa dimensão pedagógica apontada por Gramsci, também se apresenta por preservar e difundir elementos da memória e da história dos camponeses na luta pela terra.

Os Projetos de ações do MLC segundo informações no *site* do Memorial, incluem as comemorações anuais a cada dia 2 de abril (data do assassinato de Pedro Teixeira); a organização e divulgação do acervo sobre as Ligas Camponesas e seus protagonistas; a criação na área desapropriada de uma unidade da Escola Família Agrícola, com a participação ativa dos (as) trabalhadores (as) da região; reivindicar melhorias na infraestrutura na referida área, inclusive de acesso ao local; conquistar direitos básicos de sobrevivência para a comunidade de Barra de Antas; firmar parcerias com coletivos nordestinos envolvidos com pesquisas e estudos que priorizem saberes e práticas camponesas contextualizadas, ou seja, que dialoguem e compreendam o seu entorno; exercitar o debate contínuo e estimular o intercâmbio com outras organizações camponesas da região e do país, também por meio da *internet*. Todas estas ações vêm sendo trabalhadas frequentemente pelos organizadores do Memorial para concretização das mesmas. Dentro deste contexto observamos que a atuação da escola como base numa sociedade de classes através dos seus intelectuais orgânicos auxiliam as classes subalternas na conquista do poder divulgando através da apresentação da crítica, do contraditório, a descoberta de uma nova concepção de mundo no processo de construção da hegemonia revolucionária operária, como afirma Thiago Chagas em seu artigo. Nesta linha de entendimento Gramsci defende que a revolução proletária deve se assentar em bases sólidas e duradouras, enfatizando assim, a grande importância da escola e de seus intelectuais orgânicos na possível transformação da sociedade capitalista em uma sociedade revolucionária.

Em conversa com Luiz Damazio de Lima¹², que no ano de 2016 na eleição da nova diretoria passou exercer a função de tesoureiro da ONG, afirmou que além das várias ações já

¹²Entrevista de Luiz Damazio de Lima à autora, em 17.02.2017.

citadas, mais dois importantes projetos estão em andamento, com a iniciativa dos (as) trabalhadores (as) da região. Trata-se do cultivo de uma agro floresta, na qual os (as) trabalhadores(as) farão uso de um ou dois hectares das terras pertencentes ao MLC para utilização do plantio de árvores frutíferas, verduras e plantas nativas da região. O outro projeto é a construção de um Anexo do MLC, este depois de concluído ofertará condições estruturais necessárias para realização das reuniões da ONG, bem como oferecerá espaços formativos com adaptações adequadas para grupos de estudos, uma melhor organização do acervo e a formalização do sonhado projeto de uma unidade da Escola Família Agrícola (EFA). A construção do prédio Anexo já está em andamento. Ainda de acordo com Luiz Damazio, trata-se de um projeto solidário, a construção está sendo custeada através de doações advindas do país Holanda, bem como de pessoas que apoiam o fortalecimento das lutas do campo no Brasil.

Foto 4 - Construção do anexo do Memorial



Fonte: Acervo da autora

Nesta perspectiva, Muniz analisa que, a criação do Memorial das Ligas Camponesas como centro de formação é importante, porque a desapropriação de terras e a criação de assentamentos não são suficientes se os camponeses não conhecem “o significado de suas histórias, suas frustrações e suas conquistas na luta pela reforma agrária e política agrária no Brasil”. (MUNIZ, *online*, p.6)¹³. Cada povo precisa conhecer sua cultura e suas raízes para compreender sua atuação no presente.

Os organizadores vêm paulatinamente construindo o acervo do MLC, qual já é composto por: fotos; livros; quadros; *banners*; um microfone usado por Pedro Teixeira nas

¹³<http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt11-03.pdf> - Consulta realizada em 17.02.2017

reuniões; uma carteira das Ligas Camponesas; cordéis; cartazes; boletins informativos; reportagens; trabalhos acadêmicos; arquivos em fita e vídeo com gravações de entrevistas do livro Memórias do Povo. Conta ainda com uma série de matérias do Jornal “A União” dentre outros sobre as Ligas Camponesas, na década de 1960.

Ao adentrar o Memorial, o visitante além de poder apreciar os objetos do acervo já citado, depara-se ainda com um espaço de fonte visual, com matérias publicadas pela imprensa regional e nacional da época. Nas paredes internas do imóvel estão expostos em impressos de formatos ampliados, como: quadros e banners, com fotografias de João Pedro Teixeira, de sua família, sua saga, bem como publicações de edições de vários jornais com reportagens que noticiaram o assassinato de Pedro Teixeira e de outros companheiros da luta, notícias de protestos e manifestações relacionadas à violência ocorrida no campo. A seguir podemos observar uma amostra em imagem de parte da exposição existente no Memorial.

Foto 5 - Área interna do Memorial - exposição visual.



Fonte: Acervo da autora.

O Memorial é aberto ao público, promovendo visitas guiadas, especialmente para movimentos sociais do campo, educadores (as) e educandos (as) da Educação Básica, Ensino Médio e Superior, pesquisadores de instituições nacionais e internacionais, trabalhadores (as), entre outros interessados em conhecer a história do movimento das Ligas Camponesas. A ONG publica suas atividades através da página eletrônica do Memorial, disponível em: <www.ligascamponesas.org.br>.

A cada dois de abril acontecem às atividades de comemoração a memória de Pedro Teixeira (data do assassinato da figura de maior referência das Ligas) e a outros personagens importantes do movimento que tombaram na luta, como por exemplo: Pedro Fazendeiro, João

Alfredo. Rendem-se ainda, homenagens à viúva Elizabeth Teixeira, que deu continuidade a luta do marido. Na ocasião também são lembrados vários lutadores e lutadoras que se doaram em defesa da causa camponesa no Brasil e no mundo.

Pela importância das suas ações, segundo Ferreira, Zenaide e Melo (2016), o Memorial recebeu a menção honrosa do Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos 2012, promovido pelo Ministério da Educação, Secretaria de Direitos Humanos e Organização dos Estados Ibero-Americanos. As autoras observam a grande importância de o cidadão conhecer e divulgar lugares de memória, quando afirmam:

Conhecer e divulgar esses e outros espaços de memória são fundamentais para preservar a história individual e coletiva. Os Memoriais servem assim ao cidadão comum, a grupos sociais, a pesquisadores(as), educadores(as) e educandos(as) que buscam, notícias, informações e conhecimentos sobre determinados aspectos da história do país. (FERREIRA, ZENAIDE, MELO, 2106, p.97/98).

Nesse sentido, os espaços de memória individuais ou coletivos a partir de seus acervos contribuem na formação e construção da historicidade de uma determinada localidade. E é também, o resultado de uma construção social em que estão presentes os conflitos e as relações de forças entre os agentes sociais.

3 CONCLUSÃO

Observamos nesta análise que a atuação da ONG Memorial das Ligas Camponesas não é apenas um referencial sobre a história das lutas camponesas na região, mas também age como um impulso à continuidade da formação camponesa e dos movimentos sociais do campo, como um horizonte de longo prazo, aquele que visa à permanência das famílias no campo, a luta por um projeto de desenvolvimento rural, que privilegie o campo como um espaço de compartilhamento de saberes tradicionais, de mútuas trocas e não apenas como uma extensão da indústria na forma de um setor produtivo.

A ONG tem a finalidade de resgatar a história das Ligas Camponesas na região de Sapé¹⁴, levando às novas gerações uma oportunidade de se inserir num cenário antes escondido, mas que consistiu em uma dura realidade nessa região do Nordeste e no país.

¹⁴ Análise extraída do editorial “Uma história que poucos conhecem”. INFORMATIVO MEMORIAL LIGAS CAMPONESAS (Edição 1, 2010, p. 2)

Conhecer o passado é uma forma de fazer justiça aos que morreram na luta por liberdade, igualdade e justiça, e derramaram o sangue pela almejada democracia social.

ABSTRACT

This paper briefly presents the importance of the creation of the Historical Museum of the Peasant Leagues, in addition to exposing important records, emphasizes the retrieval of the historiography of the struggles of rural workers in the Northeast region of Brazil, with striking facts occurring in the municipality of Sapé in the State of Paraíba around the year 1962. The valorization and preservation of the events in the mentioned period came to have an appropriate space from the creation of the Museum, through which the cultural and material heritage became part of the collective memory of the Municipality of Sapé and society in general. This pedagogical dimension has demonstrated the importance of keeping alive the moments that marked the struggles for the right to land by exposing the interested public to the history of an experience of peasant political struggle in Paraíba and of several others who participated directly or indirectly of the Peasant Leagues movement in the region.

Keywords - Museum. Memorial. Cultural heritage. Collection. Peasant Leagues.

VISITAS AO MEMORIAL

1ª Visita realizada em 17.02. 2017.

2ª Visita realizada em 10.03. 2017.

DEPOIMENTO ORAL

Luiz Damazio de Lima. Barra de Antas, em 17.02.2017.

REFERÊNCIAS

ALVES, Janicleide Martins de Moraes. **Memorial das Ligas Camponesas**: preservação da memória e promoção dos direitos humanos. 2014. Dissertação. (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas). Universidade Federal da Paraíba.

BARCELLOS, Jorge. **O Memorial como Instituição no Sistema de Museu**: Conceitos e práticas na busca de um conteúdo. Porto Alegre, 1999.

CHAGAS, Thiago. **Conceito Gramsciano de Sociedade Civil**: uso e abusos na Educação. Mestrando do programa de pós-graduação em Educação Brasileira – UFC.

COUTINHO, Eduardo. **Cabra marcado para morrer**. [restaurado]. Documentário, (119 min), 1984. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JE3T_R-eQhM. Acesso em: 02.12.2016.

CPT NACIONAL. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 10.02.2017.

Educação patrimonial [recurso eletrônico]: políticas, relações de poder e ações afirmativas / organização, Átila Bezerra Tolentino, Emanuel Oliveira Braga. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF: 2 megabytes). – João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. – (Caderno Temático; 5).

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Direito à memória e a verdade**: Saberes e práticas docentes/Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide e Vilma de Lourdes Barbosa e Melo. João Pessoa: CCTA, 2016.

GRAMSCI, Antonio. Caderno dos Cárcere. V.2 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

INFORMATIVO: Memorial Ligas Camponesas. **ONG e governo municipal discutem desapropriação da casa de João Pedro**. Edição 1 – Ano I – Sapé, Maio/Junho/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museu Casa de Benjamin Constant**. Eneida Queiroz, Elaine de Souza Carrilho, Marcos Felipe de Brum Lopes. Brasília, DF: Ibram, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museu das Missões**. André Amud Botelho, Diego Vivian, Laerson Bruxel. Brasília, DF: Ibram, 2015.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e Memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 6ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LIMA, Josué da Silva, **Manual de Normatização**: apresentação de trabalhos científicos. Belém: FATEBE, 2015, 125p. Disponível em: <https://www.assessoriaescrita.com.br/wp-content/uploads/2015/06/normas-abnt-2015.pdf>. Acesso em 18.03.2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. Edições Loyola – SP – Brasil. 1996.

MEMORIAL ANTONIO CONSELHEIRO. Disponível em: <http://www.uneb.br/canudos/memorial-antonio-conselheiro/>. Acesso em: 25.01.2017.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Disponível em: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/>. Acesso em: 20.12.2016.

MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/>. Acesso em: 05.12.2016 – 20.01.2017.

MEMORIAL JK. Disponível em: <http://memorialjk.com.br/>. Acesso em: 12.12.2016.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. **Canudos: guerras de memória**. Publicado - Revista Mosaico - 13-06- 2010. Editorial: Edição nº 1, ano I. Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/>. Acesso em: 26.08.2016.

MUNIZ, Iranice Gonçalves. **Memorial das Ligas Camponesas**: Um resgate histórico na luta pela reforma agrária e pelos direitos humanos. Disponível em: <http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt11-03.pdf/>. Acesso em: 10.12.2016.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/>. Acesso em 25.01. 2017.

MUSEU VIRTUAL JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA. Disponível em: <http://www.museuvirtualjoseamerico.pb.gov.br/>. Acesso em 05.12.2016.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, 1993.

SEMINÁRIO MEMÓRIA CAMPONESA, 2006. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Seminario-Memoria-Camponesa-1-Mesa.pdf>. Acesso em: 10.01.2017.

SÓ ESCOLA. **Regras da ABNT para tcc**. Disponível em: <http://www.soescola.com/2016/12/abnt-para-tcc-e-aprenda-estruturar-o-seu-trabalho-de-acordo-com-as-normas.html?m=0>. Acesso em 10.01.2017- 11.02.2017.

VAN HAM, Antonia Maria (Org.). **Memórias do Povo**: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – Deixemos o povo falar... João Pessoa. Ideia, 2006.

LISTA DE SIGLAS

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EFA – Escola Família Agrícola

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JK- Juscelino Kubitschek

MAC – Museu Antonio Conselheiro

MLC – Memorial das Ligas Camponesas

MST – Movimento Trabalhadores sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PAC – Parque Estadual de Canudos

PRONERA – Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

APÊNDICES**APÊNDICE A - CARTA DE CESSÃO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

CARTA DE CESSÃO

Eu, Luiz Damazio de Lima portador da
Carteira de Identidade: 1303.325 SSPB pelo presente documento,
declaro para os fins necessários que cedo os direitos de minha entrevista,
transcrita e autorizada para leitura e ser usada integralmente ou em partes,
sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma,
autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o
controle a quem tiver a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a
presente declaração que terá minha firma reconhecida em cartório.

Barra de Antas/Sapé-PB, 17 de Fevereiro 2017.

Luiz Damazio de Lima

Luiz Damazio de Lima